



Da Reabilitação Urbana ao Património Sustentável

Catarina Valença Gonçalves * | Directora-Geral da Spira, Investigadora da FCSH-UNL

A face mais tangível da salvaguarda patrimonial é a reabilitação: porque toca ao comum dos mortais no conforto do seu próprio dia-a-dia, na generalidade dos casos; mas, também, tocando a cada um, toca a todos em simultâneo pela sua dimensão de identidade colectiva, de um espaço, de uma rua, de um bairro, de uma cidade.

Há cerca de 15 anos atrás, quando o **GECORPA** nasceu, defender a reabilitação urbana em Portugal era pregar no deserto: vivíamos ainda (mesmo que sem substância, na realidade) tempos de ostentação que, nas sociedades menos maduras como era a do nosso país à época, se traduzem inevitavelmente pela tentação do “novo”. Construir surge como sinónimo de poder, de marca imposta ao território, sobre tudo e sobre todos e, eventualmente mesmo, sobre todos os poderes que se ergueram anteriormente.

Numa sociedade mais madura, tranquila, pacificada com as suas insuficiências e grata das suas capacidades, as heranças, as anteriores manifestações de poder – particularmente marcantes quando são manifestações arquitectónicas – não assustam: são antes vistas como uma propriedade colectiva, um orgulho, uma componente indissociável da sua identidade e, consequentemente, da sua capacidade distintiva.

Depois de sermos modernos, podemos ser nós mesmos, parece ser a conclusão dos tempos actuais. Mas a força desta revolução identitária, está justamente no facto de querermos ser nós mesmos.

Um dos melhores exemplos desta revolução identitária são os *graffitis* que podemos ver na Av. Fontes Pereira de Melo em Lisboa. Quer se seja a favor deste tipo de manifestação artística em prédios de

qualidade arquitectónica há muito devolutos e sem expectativas de recuperação num breve trecho, quer se seja contra esta prática por não trazer nova utilização aos espaços que se querem preservar, certo é que, com esta experiência, assistimos a uma mudança de paradigma significativa do ponto de vista da “propriedade” deste tipo de bem.

Por um lado, a intervenção que é levada a cabo consiste numa criação artística que não anula a anterior sobre a qual se apoia – reconhece o valor do precedente e procura acrescentar-lhe um novo. Por outro lado, há uma reversibilidade na própria nova intervenção criando, apenas momentaneamente se assim for o desejado, uma segunda pele patrimonial – porque mais do que deixar uma marca eterna, a nossa obrigação é criar uma interpretação do património; e, por fim, repare-se na visibilidade da acção levada a cabo, directamente decorrente dos dois pontos anteriormente frisados: todos opinaram sobre a nova face daqueles prédios, quer os que assistiram às obras ao longo de cerca de uma semana, “ao vivo e a cores”, partilhando técnicas de execução de uma pintura desta natureza com o transeunte mais incauto; quer os que, posteriormente, pararam e viram (viram e não olharam apenas) aqueles prédios que, afinal, sempre estiveram ali.

A natureza da arte escolhida – arte urbana – pelo seu carácter *out of stream* tem uma particular importância neste caso: evidencia-se que todos podem intervir na protecção e divulgação do património.

E voltamos então ao princípio: há património que não vemos e com o qual nos cruzamos diariamente. Um património que é de todos e sobre o qual todos devem opinar e lutar por. As intervenções projectadas podem revestir-se de muitos

formatos que respeitem o que chegou até nós mas permitam igualmente a criação de uma nova e inspiradora linguagem.

Queremos acreditar que esta revolução silenciosa e lenta que se opera na nossa sociedade relativamente ao património urbano – porque próximo dos interesses mais imediatos da população – é o trampolim para a verdadeira e profunda revolução social relativamente à protecção e valorização patrimonial, *lato sensu*.

Passaremos assim, talvez, em menos dos cerca de 15 anos de vida do **GECORPA**, de uma bandeira de reabilitação urbana para uma bandeira de património sustentável, o património que está definitivamente integrado num ciclo virtuosamente vicioso onde todos se sentem proprietários destes bens herdados, e onde não agir deixa de ser uma possibilidade■



Historiadora da Arte e Directora-geral da Spira – Revitalização Patrimonial Lda., empresa especializada na concepção e operacionalização de projectos culturais ancorados em património edificado. É ainda Investigadora Integrada do Instituto de História da Arte da FCSH-UNL. É membro dos órgãos sociais da SEDES (2010-2012).